



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR**

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PPP

MARIA MARLENE DE ANDRADE

DIVINÓPOLIS - 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PPP

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do Professor Renato Lopes dos Santos do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

DIVINÓPOLIS - 2013

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a Deus que me deu força, capacidade e motivação para concluí-lo.

AGRADECIMENTOS

Ao Ser Superior, Deus, o Grande Mestre.

A minha amiga Júlia Diniz Lopes pelo incentivo e motivação.

Aos meus filhos pelo incentivo. A minha netinha Sarah que trouxe luz nova a minha vida.

Ao meu Professor Renato Lopes dos Santos que não mediu esforços para me ajudar, incentivar e orientar.

EPÍGRAFE

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho teve como temática uma análise do modelo de Gestão Democrática e a construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal João Severino de Azevedo. Tema complexo e desafiador abordado cada vez mais pelos estudiosos desde que a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, entrou em vigor trazendo novos desafios e perspectivas para a gestão da escola pública. O presente estudo não pretende esgotar as discussões, mas contribuir para um debate entre todos os seguimentos da comunidade escolar com propostas a intervenção. Para tanto, se utilizou de uma pesquisa bibliográfica e observação de campo da escola citada para se chegar a uma primeira análise, na qual foi constatada a ausência do espaço coletivo e democrático. Na prática cotidiana esse modelo de gestão educacional cujo princípio primordial é a participação, esta quase inexistente na mesma, devido a complexidade do trabalho diário, falta de recursos humanos, espaço no calendário escolar e a cultura do individualismo. A análise permitiu notar que no interior da escola ainda não se desenvolveu uma cultura que compreenda o projeto como um instrumento que organiza e sistematiza o trabalho educativo e que é um processo a ser construído coletivamente. É importante ressaltar que dada à abrangência dos temas abordados, levou-se a uma reflexão, conclusões, apontamentos de problemas e de possíveis soluções sobre a prática pedagógica para poder contribuir efetivamente na construção de uma gestão democrática definindo ações e metas educativas que ajudem na melhoria da qualidade de ensino.

Palavras-chave: Gestão democrática; Projeto Político Pedagógico; Educação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PPP.....	9
1.1. Fundamentação Legal.....	10
1.2. Gestão.....	11
1.2.1. Gestão de Sistema Educacional.....	12
1.2.2. Gestão da Escola Pública.....	12
1.2.3. Gestão Democrática.....	12
1.2.4. Gestão Participativa.....	13
1.3. Projeto Político-Pedagógico: Contribuições.....	13
1.4. Contexto Real: o dia a dia na escola.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS.....	18
ANEXO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	20

INTRODUÇÃO

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é de assumir esse país democraticamente.”

Paulo Freire

No presente trabalho abordou-se o conceito de Gestão Democrática na instituição escolar e a construção do Projeto Político Pedagógico na Escola Municipal João Severino de Azevedo, Divinópolis – MG. São temas complexos e desafiadores, que muito estudiosos tem escrito e discutido sob diversos enfoques.

Movida pelo desejo de aprofundar os estudos e poder contribuir para a construção do PPP, bem como gerenciar de forma acertada e democrática foi, a princípio, o que me levou a optar pelo tema.

Verificando a participação de todos os segmentos na construção de um projeto que direcione as ações educativas da escola, percebe-se um distanciamento entre a teoria e a prática. Diante de inúmeros problemas enfrentados no dia a dia na escola, esse movimento de organização no trabalho pedagógico implica mudanças de paradigmas urgentes para que a verdadeira gestão democrática se efetive.

O objetivo do presente trabalho é discutir sobre as concepções da gestão democrática tendo como foco a importância da construção de um Projeto Político Pedagógico para garantir a efetiva participação das comunidades escolar e local, contribuindo assim, para melhoria da qualidade social da educação ofertada para todos.

Assim sendo, buscou-se identificar a gestão adotada na referida escola bem como especificar como os teóricos conceituam a gestão democrática e o PPP nas escolas públicas, além de levantar questionamentos mostrando argumentos que a teoria apresenta, mas que está distante de se concretizar dentro do âmbito escolar.

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PPP

“É preciso e até urgente que a escola vá se tornando em espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade.”

Paulo Freire

A realidade educacional pública do Brasil hoje está diretamente ligada às práticas de gestão que vem sendo aplicadas ao longo dos tempos. Muitas foram às lutas de educadores e movimentos sociais em prol da democratização da escola pública o que levou a aprovação dos princípios de gestão democrática na educação e a construção do Projeto Político Pedagógico, conforme consta na Constituição Federal (art. 206, 1988). Dentre estes princípios estão a obrigatoriedade, gratuidade, liberdade e a igualdade na gestão democrática.

Gestão democrática, autonomia e participação se interligam nesse processo, pois implicam a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. Contudo, é interessante esclarecer que várias são as formas de participação e vários conceitos de autonomia.

Quanto à gestão democrática, Gadotti afirma que:

A gestão democrática da escola exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. Mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é do estado e não da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola (1994, p. 2).

A autonomia que se deseja para a escola pública

[...] não significa ausência de leis, normas, regras ou a ideia de que a escola pode fazer o que quiser – significa, sim, a possibilidade de a escola ser o centro das decisões, traçar seus rumos, buscar seus caminhos, criar condições de vir a ser o que pretende, dentro dos parâmetros gerais definidos pelo Estado. [...] Com a autonomia, a escola torna-se o centro das

decisões, ao mesmo tempo em que assume a responsabilidade por essas decisões. Para que isso aconteça, o Estado precisa assumir a sua responsabilidade, ou seja, oferecer à escola os meios para a concretização dessa autonomia (JORNAL DO PROJETO PEDAGÓGICO, 2002, p. 45).

Vale destacar que não se constrói uma gestão democrática sem participação e autonomia de todos os integrantes. São termos interligados e fazem parte de discussão de professores, diretores, pais, estudiosos, partidos políticos, dentre outros, e levam a concretização de ações, processos coletivos e participativos num contexto educativo.

A gestão democrática implica obrigatoriamente na participação intensa e constante dos diferentes segmentos sociais nos processos decisórios, no compartilhar as responsabilidades, na articulação de interesses, na transparência das ações, em mobilização e compromisso social, em controle coletivo (JORNAL DO PROJETO PEDAGÓGICO, 2002, p. 45).

Para que a participação se torne uma prática diária e saudável na gestão democrática, é necessário remodelar todo o sistema de gestão, até a pouco utilizado, autoritário e culturalmente defasado. Um dos principais problemas que se percebe na Escola Municipal João Severino, objeto dessa análise, é a sua forma organizacional sem espaço coletivo e democrático.

1.1. Fundamentação Legal

O artigo 206 da Constituição Federal de 1988, Princípios da Gestão Democrática na Educação, veio complementar o artigo 205 da mesma, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, dando direito ao cidadão à educação e dever ao Estado. Assim, é necessário uma gestão democrática na educação para que a mesma se efetive.

As diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino são regulamentados pela Lei Complementar da Educação (LDB nº 9394/96). Conforme artigo 214 da Constituição Federal, a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE (art.9º) deve resguardar os princípios constitucionais e de gestão democrática. O PNE, aprovado em 2001, trás propostas, metas, diretrizes que

devem ser analisadas, visando uma participação mais democrática e participativa no Brasil (Lei 10.172/2001).

Segundo o art. 14 da LDB nº 9394/96:

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os princípios: I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Já o art. 15, estabelece que “os sistemas de ensino assegurarão as unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observada as normas gerais de direito financeiro público” (LDB 9394/96).

A Gestão Democrática, Gestão compartilhada e Gestão Participativa são construídas por meio de um processo de aprendizado e de luta constante que deve permear a possibilidade de criação de meios de efetiva participação de toda comunidade escolar e a concretização das ações, tornando-as de fato real.

1.2 Gestão

As Práticas político pedagógicas da educação tiveram seus conceitos e objetivos remodelados a partir das décadas de 80 e 90. O mundo educacional teve de se readaptar e procurar qualificação profissional, com conhecimentos e habilidades condizentes com essa nova realidade.

Quebrou-se o conceito de sinônimos “administração escolar e gestão escolar”. Administrar visa alcançar metas definidas e a gestão escolar visa alcançar essas mesmas metas, porém com a participação de pessoas do meio escolar, ouvindo, debatendo, definindo meios e caminhos para um final que atenda a coletividade democraticamente.

1.2.1 Gestão de sistema educacional

Para se gerir um sistema educacional devem-se observar normas, leis e agregar outras instituições sociais visando alcançar objetivos comuns. Para se democratizar o sistema de ensino e a escola serão necessários muito aprendizado e vivência na área participativa. Há muito a se aprender, a se desapegar, não se esquecendo de observar a história e cultura de cada sistema ou coletividade.

1.2.2 Gestão da escola pública

Gerir uma escola pública é organizar seu funcionamento observando todos os aspectos relevantes à mesma, com transparência de forma a oferecer as comunidades escolar e local oportunidades de desenvolver suas atividades, habilidades e sonhos.

1.2.3 Gestão democrática

A gestão democrática pede muitas mudanças, principalmente nas estruturas organizacionais. Ideias e práticas passadas devem ser analisadas e algumas até mesmo excluídas. Autoritarismo e individualismo não cabem neste tipo de gestão. Deve haver um processo de mudança contínuo e coletivo envolvendo todos: família, governo e comunidades local e escolar.

O diretor deve descentralizar o poder e distribuir responsabilidades entre todos. Considerando também outros fatores importantes para melhoria na qualidade do desempenho escolar, pois as condições legais, políticas e estruturais devem ocorrer em um ambiente favorável para que este processo possa acontecer com significância e se concretizar. Para isso é necessário também criar condições.

Condições essas que implicam entre outras providências, em: Construção cotidiana e permanente de sujeitos sócio políticos capazes de atuar de acordo com as necessidades desse novo que – fazer pedagógico – político, redefinição de tempos e espaços escolares que sejam adequados a participação, condições legais de encaminhar e colocar em prática

propostas inovadoras, respeito aos direitos elementares dos profissionais da área de ensino (plano de carreira, política, salarial, capacitação profissional). (CISESKI, 1997, p.66 e 67).

1.2.4 Gestão participativa

A gestão democrática implica num processo de participação coletiva que pressupõe que suas instituições também assumam posturas semelhantes e quando se trata de escola, torna-se uma exigência, pois esta tem também a finalidade de educar pessoas para viver num ambiente democrático.

Nesse sentido, é necessário o envolvimento e comprometimento do diretor, professores, alunos e pais. O diretor tem de adaptar as novas mudanças, aprender a ouvir mais e impor o menos possível. É um processo lento e gradual, mas se bem estimulado se transformará em uma convivência democrática, porém não livre de contradições, e sim, aberta a novas opiniões, sugestões e ideias. Uma escola democrática forma pessoas democráticas.

1.3. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONTRIBUIÇÕES

A LDB nº 9394/96 estabelece que o princípio da gestão democrática se efetive por meio de processos coletivos envolvendo a participação da comunidade local e escolar. No art. 14, ao encaminhar para o sistema de ensino as normas para a gestão democrática, indica dois instrumentos fundamentais: a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, contando com a participação dos profissionais da educação, bem como a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

No contexto de uma gestão democrática da escola pública, o PPP deve ser entendido como um dos principais instrumentos para a organização do trabalho e das atividades da escola e, particularmente, para a definição de sua própria organização pedagógica (Dourado, 2006).

O PPP é de fundamental importância na implementação de uma gestão democrática. É um grande desafio conseguir buscar diversos segmentos da

comunidade escolar e envolvê-los na elaboração e acompanhamento do projeto pedagógico, pois

O projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão (VEIGA, 1995,13-14).

O PPP deve fazer a escola se tornar transparente em sua forma organizacional, seu poder e seus limites. Todos os envolvidos devem ser participativos, abertos a mudanças que irão se encaixando e se adaptando numa prática diária e contínua. É preciso reavaliar o papel da escola e dos professores para que essa transformação ocorra com qualidade educacional. A escola deve pesquisar as necessidades do mercado de trabalho e oferecer ensino compatível. Os professores precisam ser estimulados a buscar novos conhecimentos e habilidades para estarem preparados para esse novo modelo de ensino de qualidade, tornando-se profissionais mais ouvintes e capacitados para a vida profissional. A escola tem e deve estimular a busca cada vez maior de conhecimento e informação nesse mundo novo e informatizado, onde a cada minuto coisas novas aparecem e outras se transformam.

O PPP, portanto deve orientar a finalidade do trabalho escolar. Gadotti (1994, p. 56) observa que “fazer um projeto significa lançar-se para frente, antever o futuro”.

Nessa perspectiva, o PPP deve ser entendido como elemento colaborador no processo de gestão democrática, nas práticas diárias e no trabalho pedagógico e não como um simples documento organizado de forma a atender as exigências burocráticas.

1.4. Contexto real: o dia a dia na escola

De acordo com Ferreira (2006) a gestão democrática se faz de forma coletiva na prática quando,

[...] se tomam decisões sobre todo o projeto político pedagógico, sobre as finalidades e objetivos do planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, do elenco disciplinar e os respectivos conteúdos, sobre as atividades dos professores e dos alunos necessárias para a sua consecução, sobre os ambientes de aprendizagem, recursos humanos, físicos e financeiros necessários, os tipos, modos e procedimentos de avaliação e o tempo para sua realização. É quando se organiza e se administra coletivamente todo esse processo [...]. (p. 310).

Na Escola Municipal João Severino de Azevedo o processo de escolha do gestor escolar é feito por eleição conforme estabelece a Secretaria Municipal da Educação.

Analisando a prática participativa, alguns problemas, entraves, impendem que a gestão democrática se concretize no ambiente escolar. Para tal é necessário uma análise crítica de toda a situação e elencar alguns problemas que consideramos urgente para repensar a participação e criar ações que abram caminhos para a solução dos mesmos.

Segundo Oliveira (s.d), compreender as limitações e as possibilidades de mudanças exige conhecer além da realidade escolar, o sistema e as políticas educacionais. Nesse sentido, referida autora nos alerta que “existem ações que são possíveis na escola no sentido de uma gestão participativa, bem como, ações que não dependem da escola, estão entrelaçadas ao sistema e exigem mudanças legais” (OLIVEIRA, s.d, p. 8). Dessa forma, consideram-se como pontos negativos que afetam a Escola Municipal João Severino de Azevedo:

- Implantação recente do sistema municipal de ensino;
- Conselho Escolar ainda não implantado nas escolas municipais por falta de orientação da Secretaria Municipal de Ensino;
- Elevado número de falta de professores com licenças médicas;
- Falta de recursos para manutenção de espaço físico;
- Falta de compromisso nas responsabilidades assumidas por parte de alguns docentes;
- Baixo interesse na participação dos pais na escola, inclusive em nível de representantes para o Colegiado;
- Falta de tempo para discussão das ações educativas, planejamentos, organização, criação do PPP, entre outros;
- Escola desprotegida da ação de vândalos;
- Nível socioeconômico baixo e desestruturação familiar, com perda de padrões morais e inversão de valores.

Apesar das dificuldades elencadas acima, a gestão tem como parceiro o Colegiado Escolar que é composto por membros de vários segmentos da comunidade escolar e local garantindo uma adequada aplicação dos recursos recebidos através de Convênios com a Secretaria Municipal da Educação e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para atendimento das necessidades da unidade escolar.

Nesse sentido, considera-se fundamental a implementação do PPP, que é um projeto contínuo, conquista diária e consequência do fortalecimento do sentido de responsabilidade dos indivíduos e da comunidade escolar. Contudo, a questão é bem mais complexa, pois a escola sozinha não consegue enfrentar a tarefa de formar cidadãos críticos, conscientes, participativos e responsáveis pela sua aprendizagem, uma vez que essa formação vai além dos muros da escola.

Para que a Gestão Democrática e o PPP se concretizem na Escola Municipal João Severino é necessário:

- Buscar as reais necessidades do mercado de trabalho e oferecer cursos compatíveis;
- Abrir espaço na agenda escolar para troca de ideias, participação e mudanças na prática pedagógica;
- Estimular professores e alunos a buscarem mais conhecimento neste novo cenário cada vez mais informatizado;
- Estimular a participação da comunidade escolar e local a assumirem sua corresponsabilidade no processo educacional;
- Exigir do trabalhador docente mudanças de atitudes e comportamento, já que muitas vezes se mostram desinteressados e descompromissados. Estimulá-los a se aperfeiçoar e se habilitar para a nova proposta, uma vez que essa vai exigir cada vez mais profissionais habilitados e polivalentes.

Diante disso, cabe ao gestor incentivar, convocar, criar mecanismos que atraiam a atenção e crie motivação a todos, comunidade escolar e local, para juntos, criarem o PPP da escola e mantê-lo de forma que traga benefícios a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto desse trabalho foi analisar o modelo de gestão democrática da escola e a elaboração do PPP. Verificar a participação de todos os segmentos na construção e direcionamento das ações educativas, propiciando o ensino aprendizagem e as habilidades e competências necessárias ao educando para sua inserção num mundo cada vez mais exigente de conhecimento científico, com senso crítico das questões sociais, políticas, econômicas e culturais

Nessa perspectiva convém lembrar que a gestão democrática não é resultado de um processo automático e espontâneo, mas sim deve ser conquistada na sua plenitude. É necessária uma reforma, principalmente na formação política do cidadão, dos docentes, dos alunos, funcionários e comunidade local para que percebam que a participação e conhecimento de cada um são de grande importância para que aconteça uma verdadeira gestão democrática.

Gostaria de salientar a importância deste trabalho na minha vida profissional e particular. A busca de informações, conhecimentos e fatos me levaram a reflexões e mudanças de alguns paradigmas. É com mais segurança que poderei colocar em prática uma gestão mais democrática, com senso crítico mais apurado, podendo contribuir realmente com a qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u1_saibamais1.pdf>. Acesso em: 04/11/2013.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

CISESKI, Angela Maria Biz Rosa Antunes. **Aceita um Conselho?** Teoria e prática da gestão participativa na escola pública. FEUSP – São Paulo, 1997.

DOURADO, Luiz Fernandes; MORAIS, Karine Nunes de; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Gestão Democrática:** definições, princípios, mecanismos de sua implementação. Disponível em: <<http://www.lettraviva.net/arquivos/2012/anexo-1-Gestao-escolar-democratica-definicoes,-principios-e-mecanismos-de-implementacao.pdf>>. Acesso em: 04/11/2013.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (org.) **Gestão da Educação:** impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar.** Olho D'água. 6. Ed., 1995.

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática e Qualidade de Ensino.** In: 1º Fórum Nacional Desafio da Qualidade Total no Ensino Público. Disponível em: <http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Institucional/MoacirGadottiArtigosIt0026/Gest_democ.pdf>. Acesso em: 05/11/2013.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do Projeto Pedagógico. In: Cadernos da Educação Básica. **O Projeto Pedagógico da Escola.** Atualidades Pedagógicas. MEC/FNUAP, 1994.

Jornal do Projeto Pedagógico. **Gestão democrática do ensino público e a escola pública de qualidade.** Disponível em: <<http://www.udemo.org.br/Projeto%20Pedag%F3gico%202002.pdf>>. Acesso em: 04/11/2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2_joao.pdf>. Acesso em: 05/11/2013.

OLIVEIRA, Silvana Barbosa de. **Gestão democrática e a construção do projeto político pedagógico:** um desafio para intervenção. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/680-4.pdf>>. Acesso em: 05/11/2013.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública.** São Paulo: Ática, 1998.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u1_saibamais3.pdf>. Acesso em: 05/11/2013.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL “JOÃO SEVERINO DE AZEVEDO”**

HERMES GUALBERTO DA FONSECA

MARIA MARLENE DE ANDRADE

BELO HORIZONTE

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL “JOÃO SEVERINO DE AZEVEDO”.**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	10
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	12
3. CURRÍCULO	15
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	20
5. PROCESSOS DE DECISÃO	24
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	26
7. AVALIAÇÃO	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33
ANEXOS	36

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Nº.9.394/1996, no Art.12, parágrafo I determina uma ação importante da escola que é “elaborar e executar sua proposta pedagógica” e assegura no Art. 13, parágrafo I o direito de participação dos docentes e democratização do processo educacional quando cita: “participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;” e no Art. 14, parágrafo I um princípio fundamental que é a “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;”. A participação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem garante a escola ter uma identidade que responda aos interesses da comunidade escolar: que tipo de escola queremos ter, que aluno, cidadão queremos formar, que ideologia política social fundamentará sua ação pedagógica.

Analisando as consequências do envolvimento popular na gestão democrática Azevedo (2004) comenta,

Falar sobre o projeto pedagógico (PPP) da escola, considerando a realidade educacional do Brasil de hoje, necessariamente nos leva a fazer a sua ligação com as práticas de gestão que nela têm tido curso. Isto porque, dentre outros aspectos, uma das efetivas conquistas que as forças progressistas conseguiram registrar na Constituição de 1988 e referendar na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 foi a gestão democrática do ensino público como um dos princípios em que deve se assentar a Educação Nacional. (AZEVEDO, 2004, s.d.)

Na construção do Projeto Político Pedagógico é importante a participação de todos os envolvidos no processo educacional, isto faz a comunidade escolar se sentir responsável e como sua a escola. A escola é um espaço de construção de uma sociedade no seu tempo, com suas exigências. Azevedo(2004) cita a importância da participação de todos,

Portanto, o processo de democratização e implementação do projeto Político Pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola e à sua cultura, manifestas nos ritos e

práticas dantes mencionadas e na consideração da origem dos mesmos. (AZEVEDO, 2004, s.d.).

Se o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser uma construção coletiva a partir de demandas reais apontadas por professores, alunos, pais, diretores e comunidade em geral, é necessário que os envolvidos tenham consciência da função social e da problemática que envolve a escola e traçar caminhos para superar os obstáculos que dificultam a qualidade do ensino oferecido. Oliveira (2001) em seu texto comenta os caminhos para a construção do PPP,

De acordo com Veiga (1998), existem vários caminhos para a construção do PPP, uma vez que ele retrata o entendimento e o percurso possível trilhado em cada uma das escolas. Todavia, é possível apontar três movimentos básicos deste processo de construção do PPP, denominados pela autora de Ato Situacional, Ato Conceitual e Ato Operacional.

O objetivo do Ato Situacional é aprender o movimento interno da escola, conhecer seus conflitos e contradições, fazer seu diagnóstico e definir onde é prioritário agir.

No Ato Conceitual, a escola discute a sua concepção de educação e sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem, visando a um esforço analítico da realidade constatada no Ato Situacional, e vai definindo como as prioridades devem ser trabalhadas.

O como realizar as tarefas configura o Ato Operacional, que refere-se às atividades a serem assumidas e realizadas para mudar a realidade das escolas. Implica a tomada de decisão para atingir os objetivos e as metas definidas coletivamente. (...) A avaliação é também responsabilidade coletiva e parte integrante do processo de construção do PPP. (OLIVEIRA, 2001, s.d.)

Se a construção do Projeto Político Pedagógico representa a organização do trabalho administrativo e pedagógico da escola na globalidade de suas ações visando a formação do cidadão social- crítico no ensino aprendizagem é preciso assegurar os meios de participação permanente da comunidade escolar através de vários instrumentos como cita Souza, (2005);

Conferência da Educação, Conselho Municipal da Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEB, Orçamento Participativo (na Educação), Eleições de Dirigentes Escolares, Conferência Local da Comunidade Escolar, Conselho Escolar, Associação de Pais, Grêmios Estudantil. Essas instituições auxiliam de forma importante a ampliação da democracia nos processos de gestão e organização da escola". (SOUZA, 2005, s.d.).

Com a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, a escola adquire uma identidade, uma proposta de trabalho de forma autônoma, com capacidade de definir posicionamentos perante os desafios que se apresentam no dia-a-dia da escola, num processo de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis e efetivas para a solução do processo de ensino aprendizagem.

A Escola Municipal “João Severino de Azevedo”, criada pela Lei Municipal Nº: 2.819 de 06/12/1990, está localizada no bairro Davanuze, à Rua Joaquim Manoel Pereira , nº.920, CEP: 35.500-524, telefone: 3213.4730, email: emjsa@.mg.gov.br, CNPJ: 01222834/0001-04, município de Divinópolis, Minas Gerais. A Escola atende o Ensino Fundamental, com duração de nove anos de escolaridade, do primeiro ao nono ano, considerando os Ciclos de Formação Humana: I - Primeiro Ciclo: 1º ano 3º ano; II – Segundo Ciclo: 4º ao 5º ano, III – Terceiro Ciclo: 6º ao 9º ano, de acordo com o Decreto Municipal Nº: 10.965/2013.

O espaço físico é composto por dois pavimentos, sendo o primeiro com 04 Salas de Aula, Secretaria, Supervisão/Orientação, Informática, Sala Recurso (AEE), Sala do Professores, Sala de Direção, Cozinha e Refeitório, Anfiteatro, Quadra Esportiva, Banheiros. No segundo pavimento está a Biblioteca, 08 Salas de Aula e 02 Banheiros. O quadro de funcionários é composto de: 01 Diretor Administrativo, 02 Vice-Diretores, 01 Diretor Pedagógico, 04 Supervisoras, 01 Secretária e 03 Auxiliares, 02 Auxiliares de Biblioteca, 02 Eventuais, 01 Professor de Apoio, 10 Professores do 1º ao 5º ano, 01 Professor de AEE, 27 Professores do 6º ao 9º ano, 11 Serventes Escolares, 01 Porteiro, para atender 640 alunos.

A Escola estabelece relacionamento com a comunidade escolar (pais de alunos) através de atividades culturais, reuniões pedagógicas coletivas ou individuais, Conselho Escolar, Caixa Escolar. A Escola desenvolve projetos pedagógicos de acordo com os Temas Transversais e a proposta pedagógica da Secretária Municipal de Educação – SEMED, cursos de formação oferecidos pela

SEMED/CRPE, Sala Verde Frei Paulino, parcerias com a GERDAU-DIVINÓPOLIS, FCA – Atitude Ambiental.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

De acordo com a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art. 1º estabelece que a,

Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL. LDBN, nº 9394, 1996, art. 1º)

Portanto, é necessário que se crie estruturas físicas e humanas que favoreçam acontecer o desenvolvimento do ser humano no decorrer de sua vida. O Art. 2º da LDB 9394/96, especifica que,

A educação, dever da família e do Estado inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, no seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL.LDBN, nº 9394, 1996, art. 2º)

O sistema de ensino e a instituição escolar na sua organização não pode desvalorizar os princípios citados no Art. 3º:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII – valorização do profissional de educação escolar;
VIII – gestão democrática do ensino público, na esfera desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX – garantia de padrão de qualidade;
X valorização da experiência extra-classe;
XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
(BRASIL.LDBN, nº 9394, 1996, art. 3º)

O Projeto Político Pedagógico deve nortear a prática educativa a ser desenvolvida, articulada entre a ação dos professores e equipe pedagógica no processo formativo dos alunos. Toda ação administrativa e pedagógica deve ter como finalidade a efetivação da educação de qualidade como um bem público e direito universal.

Considerando que o PPP define a identidade da escola e indica caminhos, ações com objetivo de se ter educação de qualidade podemos citar Paulo Roberto Padilha, diretor do Instituto Paulo Freire, em São Paulo: “ O PPP se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazos.”(LOPES, 2010, p.23).

De acordo com Veiga (2000), a escola discute e define coletivamente as suas finalidades cultural, política e social, de formação profissional e humanística.

A finalidade cultural deve garantir o acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade, bem como a todas as manifestações culturais dos diversos povos, nas suas diversidades, tendo em vista uma melhor compreensão da complexidade e integralidade da sociedade e do mundo. Na finalidade política e social, incluem-se conhecimentos e atividades que visam à formação política e social, abrangendo ações que dizem respeito aos direitos e aos deveres da cidadão. Na finalidade de formação profissional, além da preparação técnica, também estão compreendidos os processos de desenvolvimento científico e tecnológico no contexto social, político e econômico que provocam mudanças e inovações nos processos produtivos e, conseqüentemente, no mundo do trabalho. Na finalidade humanística, deve estar prevista a formação de pessoa na sua afetividade, sensibilidade, valores, princípios e emoções. No PPP, essas finalidades devem ser integradas, tendo em vista a formação humana integral do aluno.(QUARESMA.,2012,sd.)

É entendido que uma das razões da escola é a aprendizagem e que essa aprendizagem se transforma de acordo com o tempo e as necessidades da sociedade que espera da educação uma resposta para o mundo atual e superação dos problemas e a ação cidadã do indivíduo. Se essa é a razão, “O processo de (re)construção do conhecimento é o próprio objeto específico do trabalho educativo.”, (WITTMANN,2000.p.91). Assim, os educadores devem estar em constante formação para atender a finalidade da educação no seu tempo. Wittmann (2000) cita,

As atividades a serem desenvolvidas, as temáticas e os métodos deverão ser definidos a partir das demandas e exigências da “aprendência” e não da “ensinagem”. Isto significa, de um lado, que a escola, o locus da “aprendência” é o centro do sistema educativo e exige, de outro lado, relações intersubjetivas, co-responsáveis, compromisso coletivo e compartilhamento. (WITTMANN,2000,p.91)

A educação/escola foi se transformando ao longo dos anos na expectativa de atender as necessidades de época, ao mesmo tempo respondendo uma posição política e econômica de governo. Em cada época estas transformações aparecem

como desafios e de exigências de mudanças de paradigmas. Com a globalização, as transformações tecnológicas favoreceram o surgimento da chamada era da informação, que exige da educação repensar a sua prática de métodos de aprendizagem. Para o enfrentamento desses novos desafios para a era do conhecimento Moacir Gadotti cita:

A virada do milênio é razão oportuna para um balanço sobre as práticas e teorias que atravessaram os tempos. Falar de “perspectivas atuais da educação” é também falar, discutir, identificar o “espírito” presente no campo das idéias, dos valores e das práticas educacionais que as perpassam, marcando o passado, caracterizando o presente e abrindo possibilidades para o futuro. Algumas perspectivas teóricas que orientaram muitas práticas poderão desaparecer, e outras permanecerão em sua essência. Quais teorias e práticas se fixaram no ethos educacional, criaram raízes, atravessaram o milênio e estão presentes hoje? Para entender o futuro é preciso revisar o passado. No cenário da educação atual podemos destacar alguns marcos, algumas pegadas, que persistem e poderão persistir na educação do futuro. (GADOTTI, 2000, p.2).

No momento atual, é sentido que a sociedade passa por diversas crises: financeira, econômica, relativismo, individualismo, de solidariedade, conflito de relações humanas, trabalho/emprego e com avanço da tecnologia em massa. Nesse quadro, a educação enfrenta os desafios de como adequar a tecnologia numa perspectiva pedagógica de aprendizagem. Gadotti avalia que:

Os sistemas educacionais ainda não conseguiram avaliar suficientemente o impacto da comunicação audiovisual e da informática, seja para informar, seja para bitolar ou controlar as mentes. Trabalhamos muito, ainda, com recursos tradicionais que têm pouco apelo para as crianças e jovens. (...) Para isso é preciso dominar mais metodologias e linguagens, inclusive, a linguagem eletrônica. (GADOTTI, 2000, p.3).

Se “o aluno é um ser passivo que absorve o conhecimento que o cerca, mas desempenha um papel ativo” (SKINNER, 1968/2003, s.d.), a escola deve adotar uma filosofia que leve o aluno a se tornar autônomo. Para efetivar uma educação libertadora que favoreça a cidadania é necessário uma prática do conhecimento-construção. O Construtivismo apresenta como uma proposta que repensa a ação pedagógica e leva o educando a ser protagonista do seu aprendizado. Portanto, para Becker o Construtivismo significa:

[...]a idéia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se

constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio, de tal modo que podemos afirmar que antes da ação não há psiquismo nem consciência e, muito menos, pensamento. (BECKER.1992.p.88).

O Construtivismo é a forma eficaz de promover a aprendizagem do aluno, da alfabetização ao conhecimento científico mais elaborado, da origem ao seu desenvolvimento, com uma nova maneira de ver o mundo, a vida e as relações sociais que o cerca.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

De acordo com o Art.205 da Constituição Federal de 1988, que declara a educação pública como um direito, faz-se necessário a existência de uma organização para o desenvolvimento de todas as atividades que devem ser realizadas para atingir a sua função e seus objetivos.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL.CF, 1988, art. 205)

Esta organização deve estar documentada no Projeto Político Pedagógico, no Regimento Escolar, no Caixa Escolar e Conselho Escolar, assegurando uma administração democrática e coletiva. Toda estrutura deve ser de acordo com as leis vigentes específicas da estrutura administrativas e pedagógicas.

Neste contexto, sobre a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP), Veiga, diz:

[...]o Projeto Político Pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como a organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nessa caminhada será importante ressaltar que o Projeto Político Pedagógico busca a organização da trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.(VEIGA, 2002, s.d.)

Num trabalho democrático, participativo e coletivo cabe ao gestor escolar a função de “formular normas, regulamentações e adoção de medidas condizentes como os objetivos e princípios propostos no Plano de Trabalho para Gestão Escolar;” conforme o Projeto Político Pedagógico da escola.

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.

Veiga (2002) diz que a escola, em geral, dispõe de dois tipos básicos de estruturas: a administrativa e a pedagógica. A estrutura administrativa compreende a locação e gestão de recursos humanos, físicos e financeiros e dá sustentação à estrutura pedagógica. No caso da EM João Severino de Azevedo, a estrutura escolar conta com os seguintes cargos/funções: Direção Escolar: Diretor e vice-diretor: formula normas, regulamentações e adoção de medidas condizentes como os objetivos e princípios propostos no Projeto Político Pedagógico e representa a unidade escolar em ocasiões necessárias. Diretor Pedagógico: atua como integrador das ações pedagógicas entre a equipe de supervisoras e professores de acordo com as definições do Projeto Político Pedagógico.

Equipe pedagógica: composta pela supervisora e orientadora educacional: supervisiona o trabalho pedagógico dos professores, assegurando a unidade do trabalho proposto com práticas de acordo com a filosofia da escola. Articula este trabalho com os alunos, proporcionando uma relação de aprendizagem e harmonia relacional entre ambos. Professores do ensino fundamental: desenvolve a proposta de ensino-aprendizagem nas salas de aulas e dependências da escola ou fora dela, com atividades diversas de acordo com o planejamento pedagógico, com interdisciplinaridade na proposta de “Pedagogia de Projetos”.

Bibliotecárias: matem o acervo da biblioteca em registro, atende aos professores e alunos de acordo com o projeto desenvolvidos pelos professores. Professor eventual: auxilia o professor titular nas atividades diárias e o substitui na sua ausência com atividades programadas pelo professor regente, quando a falta por licença é até quinze dias. Professor de AEE- Atendimento Especializado ao Educando: atende em Sala Recurso em contra-turno, o aluno com necessidades especiais e de inclusão. Secretaria: composta por secretária e auxiliares que executam o trabalho de registro de toda documentação legal dos alunos e funcionários. Auxiliares de Serviços: tem a função de todo o serviço prático de cozinha, limpeza, portaria e atendimento aos alunos e funcionários.

Conta também com o Conselho Escolar: Os Conselhos são órgãos colegiados por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. (De acordo com a Constituição Federal de 1988 – Art. 206:, Art. 3º da Lei 9.394/96 – “ Gestão democrática do ensino público, na formação desta Lei e da Legislação dos sistemas de ensino.” (inciso VIII do Art. Lei. 9.394/96 – LDB). O Caixa Escolar: Associação sem fins lucrativos, com a finalidade de garantir a autonomia financeira da Unidade Escolar através do recebimento de Recursos Públicos, por meio de Convênios com a Secretaria Municipal de Educação e do PDDE: Programa Dinheiro Direto nas Escolas, para atendimento das necessidades de cada Unidade Escolar de acordo com suas particularidades regionais e de atendimento

Os recursos financeiros são provenientes do Convênio da Prefeitura Municipal de Divinópolis, do PDDE: Programa Dinheiro Direto nas Escolas, PDDE – Escola Acessível, recursos próprios derivados de atividades como Festa Junina ou outras que envolva a presença da comunidade e a contribuição espontânea dos pais. Os recursos do Convênio como o do PDDE, são empregados na compra de materiais que favoreçam uma melhor qualidade de assistência ao educando nas questões pedagógicas e de materiais de consumo. Estes recursos são planejados com o Caixa Escolar e Conselho Escolar.

O Grêmio Estudantil: órgão de participação dos estudantes nas discussões do cotidiano escolar e em seus processos decisórios, tornando-se um espaço de aprendizagem das questões políticas, de cidadania.

O espaço físico da escola comporta doze salas de aula, uma Sala Recurso, uma sala de Computação, uma Biblioteca, uma Cozinha, um Refeitório com mesas e bancos, uma sala de Professores, uma sala de Secretaria, uma sala de Supervisão, uma sala de Direção, um Depósito/Almoxarifado, uma sala de Apoio Pedagógico, três banheiros masculino e feminino, um anfiteatro com escadarias, uma quadra coberta e um pátio para lazer na hora do recreio. A arquitetura do prédio é adequada, com dois pavimentos com acesso por escadarias.

Equipamentos mobiliários: a escola possui dois televisores com videocassete, uma projetor para filmes e palestras, um retroprojetor, vinte e oito computadores para alunos, três na secretaria, um na sala de supervisão, um aparelho de som e CD, um jogo de caixa de som e microfones, quatro mesas com vinte cadeiras na biblioteca.

No planejamento da administração consta sempre a aquisição de material que favoreça o trabalho pedagógico, seja didático ou esportivo, pois é da responsabilidade da direção escolar prover as necessidades para o desenvolvimento dos alunos com educação de qualidade. Com essa concepção de gestão é possível desempenhar um dos princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico segundo Veiga (2002, s.d.): “Igualdade de condições para acesso e permanência na escola, o que significa trabalhar no sentido de garantir acesso e permanência de todos na escola e com qualidade.”

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.

Tanto o calendário escolar (Anexo II) quanto ao professor na sala de aula, podem ser compreendidos como estrutura organizacional pedagógica. Toda estrutura organizacional se faz necessária porque ela representa o esqueleto que mentem o corpo de pé e cada membro tem a sua função específica no todo. No desempenho de cada função em conjunto para atingir o objetivo almejado, as partes na sua individualidade asseguram o resultado esperado, a qualidade da educação na formação cidadã do aluno. Portanto, toda ação a ser desenvolvida deve ser voltada para um trabalho pedagógico que resulte na qualificação do ensino-aprendizagem. A segurança de que este trabalho não será solitário, sem planejamento, mas coletivo nas ações e que seja avaliado para novas propostas de ação, realça a importância do Projeto Político Pedagógico com seus eixos norteadores. Quaresma (2012) salienta esta importância em seu texto,

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, portanto, é o desejo, o plano de melhoria, de mudança de uma realidade. Esta realidade configura-se no trabalho pedagógico que se realiza diariamente nas aulas, no currículo, na metodologia, no processo de avaliação, na forma de participação dos pais, nas relações interpessoais, na concepção de educação que a escola defende, na coordenação pedagógica praticada, na forma de gestão implementada. (QUARESMA, 2012,p.13).

Jamil Cury diz que, “O solo do ato pedagógico, enquanto espaço da relação ensino/aprendizagem, é o ambiente institucional da unidade escolar”. Para que isto

ocorra é necessário definir o currículo, o processo de avaliação, a metodologia, os recursos didáticos, as relações interpessoais, a formação continuada dos professores, a participação dos alunos, pais e funcionários com decisões colegiadas e gestão democrática com o objetivo de realizar um trabalho pedagógico que favoreça a formação de qualidade do aluno, conforme inciso IX do Art. 3º da LDB, “garantia de padrão de qualidade”, e o Art. 13, inciso III, “zelar pela aprendizagem dos alunos”.

Se o conhecimento é adquirido entendendo a história da humanidade, a escola/educação é o lugar propício para socializar o conhecimento através de uma proposta pedagógica. Portanto, a teoria do Construtivismo é a teoria que adéqua as necessidades do mundo moderno, globalizado em seus vários aspectos. Fernando Becker (1992) defende que:

Entendemos que o Construtivismo na Educação poderá ser a forma teórica ampla que reúna as várias tendências atuais do pensamento educacional. Tendências que têm em comum a insatisfação com o sistema educacional que teima (ideologia) em continuar essa forma particular de transmissão que é a Escola, que consiste em fazer repetir, recitar, aprender, ensinar o que já está pronto, em vez de fazer agir, operar, criar, construir a partir da realidade vivida por alunos e professores, isto é, pela sociedade – a próxima e, aos poucos, a distantes. A educação deve ser um processo de construção de conhecimento ao qual ocorrem, em condição de complementaridade, por um lado, os alunos e professores e, por outro, os problemas sociais atuais e o conhecimento já construído ('acervo cultural da Humanidade').(BECKER, 1992, s.d.)

A ação pedagógica planejada de acordo com a estrutura administrativa e pedagógica da escola é fundamentada na Constituição Federal de 1988, na Lei.9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Plano Nacional de Educação (PNE) nos Parâmetros Nacionais Curriculares, nos decretos e resoluções municipais. O Projeto Político Pedagógico garante a autonomia pedagógica e que Veiga (1998) cita:

Autonomia pedagógica da escola, por sua vez, está estreitamente ligada à identidade, a função social, à clientela, à organização curricular, à avaliação, bem como aos resultados e, portanto, à essência do projeto pedagógico da escola. (VEIGA, 1998. P.16-19).

Além do planejamento da equipe pedagógica, a escola conta com:

- -A organização didática se dá através da “Pedagogia de Projetos”, tendo cada ano um tema gerador, cabendo ao professor elaborar os sub-temas e trabalhar de acordo com o ano escolar e realidade do aluno, na perspectiva

da leitura, escrita e interpretação.

- -Planejamento coletivo para elaborar ações do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), durante o período letivo ou para o ano seguinte.
- - Mobilidade: atendimento aos alunos do mesmo ano escolar, em grupos com dificuldades de aprendizagem semelhantes.
- -Conselho de Classe: espaço de avaliação permanente, que tem como objetivo avaliar o trabalho pedagógico, as atividades da escola e o desempenho dos alunos.
- -Hora-Cívica: uma vez por semana com exibição do Hino Nacional, do Município, com atividades de números artísticos culturais.
- -Reunião de pais para entrega de relatório de avaliações de desempenho dos alunos no final de cada trimestre, ou quando se fizer necessário.
- -Nos dias letivos integradores realiza-se atividades que consta a presença dos pais e comunidade: Festa Junina, Festa da Família, Minha Cidade Lê, Mobilização Social pela Educação, Ações Sociais.
- -AEE: Atendimento Especializado ao Educando: apoio ao aluno com necessidades especiais, contra-turno, através da Sala Recurso, com professor especializado.
- -Formação continuada dos funcionários através do CRPE: Centro de Referência Pedagógica do Educador.
- -Níveis de ensino: Ensino Fundamental - Primeiro Ciclo: do 1º ao 3º ano, Segundo Ciclo: do 4º ao 5º ano, Terceiro Ciclo: do 6º ao 9º ano, Modalidade de Ensino de Educação de Jovens e Adultos – Primeiro Segmento: 1º ao 5º ano, Segundo Segmento: do 6º ao 9º ano.
- -Plano Curricular: Português, Matemática, Ciências, Geografia, História, Arte, Educação Física, Educação Religiosa, Inglês.
- -Calendário Escolar: 200 dias letivos e de acordo com o Art. 24. LDB: 9.394/96, garantindo de acordo com o Art.VI, a frequência mínima de 75% para aprovação.

3. CURRÍCULO

Se a finalidade da escola é promover o ensino aprendizagem, da alfabetização ao mais complexo conhecimento produzido pelo ser humano, o currículo é a peça fundamental para que a escola desenvolva sua função. Numa perspectiva, de formação humana cidadã, crítica e social, o currículo deve buscar solucionar os problemas da educação e da escola, com definições de concepção de educação, de ser humano e de sociedade que queremos construir.

Quaresma, (2012) define currículo com o seguinte conceito:

O currículo compreende a organização e construção social do conhecimento, bem como a sistematização dos meios para que estas se efetivem. Numa perspectiva histórico-social, por exemplo, o currículo abrange conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade integrados à realidade social, política, econômica, cultural, ambiental e às atividades desenvolvidas, dentro e fora de sala, para que esses conhecimentos sejam produzidos. Ao currículo associa-se uma metodologia que deve resultar da construção coletiva e participação constante de todos os envolvidos. (QUARESMA, 2012,p.16.)

O Art. 26 da LDB. 9.394, determina que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

-Parágrafo 1º- Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

-Parágrafo 2º- O ensino da arte constituirá componente obrigatório, nos diversos níveis de educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

-Parágrafo 3º- A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às condições da população escolar, sendo facultativa aos alunos nos cursos noturnos.

-Parágrafo 4º- O ensino da História levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

-Parágrafo 5º- Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, dentro das possibilidades da instituição. (BRASIL.LDBN, nº 9394, 1996, art. 26)

De acordo com o Decreto Municipal Nº- 10.965/13 a Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis, determina através da Orientação Nº- 01/13, a organização escolar para a rede municipal de ensino de Divinópolis:

Art. 1º- Para a implementação do Decreto Municipal Nº- 10.965, é necessário considerar os modos de ser e de se desenvolver das crianças e adolescentes nos diferentes contextos sociais e os projetos educativos coerentes, articulados e integrados para as faixas etárias correspondentes.

-Parágrafo único – Nos ciclos de formação humana, o educando é o eixo central do Projeto Político Pedagógico e o Currículo deve retratar o cotidiano da escola, possibilitando a flexibilidade de tempos e espaços para o desenvolvimento das potencialidades do educando, respeitando as fases de seu desenvolvimento, com a mediação do educador,.

O Art. 7º- do Decreto 10.965/13 – O currículo, integrado, interdisciplinar e transdisciplinar, será organizado em áreas de conhecimento, a saber: Linguagens (Língua Portuguesa, Arte, Língua Estrangeira Moderna, Educação Física), Matemática, ciências da Natureza, Ciências Humanas (Geografia e História) e Ensino Religioso. (DIVINÓPOLIS/MG, Decreto Municipal nº10.965/2013)

O currículo escolar entendido por muitos educadores como um conjunto de conteúdos a serem ensinados em uma sequência ou ordem (o que pode ser observado no Plano Curricular – ANEXO I), determinados pelos planos nacionais de educação e prescritos em livros didáticos sofreu mudanças em seus significados e organização. A construção do plano curricular no Brasil sofreu influências europeias como também americana, interferindo na formação política, econômica e sociocultural da população brasileira.

Santos e Paraíso (1995) conceitua currículo e sua mudança de definições ao longo dos últimos anos como, “ arranjo sistemático de matérias”, “ elenco de disciplinas e conteúdos”, “ conjunto de estratégias para preparar o jovem para a vida adulta”, “ conjunto de atividades e dos meios para se alcançarem os fins da educação”. No final da década de 80 e início de 90, o currículo é relacionado a todas as esferas da vida humana e suas relações sociais local e global, voltadas para a democracia participativa.

[...]o currículo passa a ser problematizado a partir de suas relações com as esferas políticas, econômicas e socioculturais, sendo entendido como todas as experiências e conhecimentos proporcionados aos estudantes no cotidiano

escolar, através tanto do currículo explícito quanto do currículo oculto.(SANTOS, PARAÍSO, 1995, p.1,2)

O currículo é constituído do currículo oficial, (Proposta Curricular e livros didáticos), o currículo formal (atividades do dia-a-dia), que estão embutidos um no outro, isto é, currículo em ação ou real. Outra forma de aprendizagem que se dá, é através do currículo oculto, que não é dado o seu devido valor na formação do aluno, pois, ele é

o conjunto de normas e valores implícitos nas atividades escolares, porém não mencionados pelos professores ou não intencionalmente buscados por ele. São portanto, aprendizagens ou efeitos de aprendizagens não intencionais que se dão como resultado de certos elementos presentes no ambiente escolar. (SANTOS, PARAISO,1995.p.2)

O currículo vazio ou nulo, (conhecimentos ausentes)

[...]chamado de “campos de silêncio” ou de “omissões”, seu significado é fundamental para entender o currículo como espaço de afirmação e negação de elementos das diferentes culturas, produzindo efeitos sobre o estudante, tanto em função do que diz como daquilo que silencia. (SANTOS, PARAISO, 1995.p.2)

Vimos de uma cultura escolar que se dava o valor supremo ao português e a matemática, ficando os outros conteúdos como de menor importância, sem centralizar a formação do aluno como um indivíduo social, conhecedor de sua história e protagonista de uma sociedade moderna pesquisadora e científica. Com as leis pautando a educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, hoje, Lei Federal Nº. LDB.9.394/1996, o Plano Decenal de Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), é assegurado propostas de direito e acesso a educação e a qualidade de ensino. Os conteúdos devem ser compreendidos pelos professores como meio de os alunos desenvolverem suas capacidades, de ser tornarem cidadãos autônomos numa sociedade complexa de conhecimentos e aprendizagens.

O ensino proposto pela LDB está em função do objetivo maior do ensino fundamental, que é o de propiciar a todos formação básica para a cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL.LDB, nº9.394, 1996, Art.32)

A organização curricular da escola é de acordo com o Decreto Municipal Nº 10.965/13 e Orientação Nº.01/13(Divinópolis/MG), que determinam:

Art.6. O ensino fundamental será organizado em anos de escolaridade, do primeiro ao nono ano, considerando os ciclos de formação humana:

I – Primeiro Ciclo: 1º ao 3º Ano;

II- Segundo Ciclo: 4º e 5º Ano;

III- Terceiro Ciclo: 6º ao 9º Ano.

Art. 9. Os três anos do Primeiro Ciclo devem assegurar:

I – a alfabetização e o letramento.

II- o processo contínuo da aprendizagem.

Art. 10. Na organização do Segundo Ciclo do Ensino Fundamental considerar-se-á como possível a pluridocência para os anos de escolaridades diferentes, observando, consensualmente, o perfil e as habilidades de cada educador para o(s) componentes(s) curricular(es) que ministrará.

Art.11. Os dois anos do Segundo Ciclo devem contribuir para que o educando amplie suas capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, aprofundando as aprendizagens básicas, contemplando, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

Art.12. Os quatro anos do Terceiro Ciclo devem assegurar o aprofundamento das aprendizagens básicas, o acesso ao saber sistematizado pela humanidade, estruturando-se a partir de uma concepção humanista que contemple a formação do sujeito de forma integral.

Parágrafo único – A organização do trabalho pedagógico incluirá a mobilidade e a flexibilidade dos tempos e espaços escolares, a diversidade nos agrupamentos de educandos, as diversas linguagens, a diversidade de materiais, os variados suportes literários, as atividades que mobilizem o raciocínio, as atitudes investigativas, as abordagens complementares, a articulação entre a escola e a comunidade, e o acesso aos espaços de expressão cultural. (DIVINÓPOLIS.SEMED, Dec. Municipal 10.965/13 e Orientação Nº.01/13)

Com toda essa estrutura organizativa de leis não basta para que ocorra a finalidade da educação e o sucesso escolar do aluno. É preciso investir na formação continuada dos professores, na valorização profissional, na organização do tempo escolar que favoreça o planejamento coletivo de decisões e avaliações, e em uma proposta pedagógica que possibilite o aprendizado com autonomia do aluno, tornando-se construtor do seu conhecimento. Esta possibilidade é possível na proposta de “Pedagogia de Projetos”. Silva (2001) diz: “ a proposta de pedagogia de projetos objetiva auxiliar na construção da democracia.”

Na pedagogia de projetos os discentes são estimulados a pesquisarem determinado tema em vez de somente escutarem sobre ele. A aprendizagem passa a ser considerada “uma produção ativa (e não passiva) de significados em relação aos conhecimentos sociais e à própria bagagem do aprendiz.(HERNANDEZ,2000,p.178).Por esse motivo, um currículo estruturado em torno da pedagogia de projetos deve priorizar não o ensino de determinados conteúdos, mas a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares.” “ Um currículo organizado em torno da pedagogia de projetos, portanto, não prioriza tanto os conteúdos que serão trabalhados, mas procura organizar experiências educativas que permitam a criação de estratégias para organização do conhecimento. (SILVA, 2011, p.32).

Assim, para construir uma organização curricular é preciso o envolvimento dos funcionários e da comunidade escolar, definindo qual a função da escola, que tipo de escola que se quer ter, que tipo aluno quer formar, em qual sociedade a escola está inserida, propiciando uma educação de qualidade

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Sobre a Organização da Educação Nacional o Art. 8º da LBB, cita no parágrafo 2º: “Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei”, cabendo aos municípios conforme o Art.11, “Os Municípios incumbir-se-ão de: I – organizar , manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos estados;” no parágrafo único “Os Municípios poderão optar, ainda por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica”. O Art.12, assegura aos estabelecimentos de ensino a autonomia de “I -

elaborar e executar sua proposta pedagógica; II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;”.

De acordo com a Resolução Nº.7, de 14 de Dezembro de 2010, cita no Art. 19: “Ciclos, séries e outras formas de organização que se refere a Lei nº 9.394/96 serão compreendidos como tempos interdependentes e articulados entre si, ao longo dos 9 (nove) anos de duração do Ensino Fundamental.”, Art. 20: “ As escolas deverão formular o projeto Político Pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.”

O Decreto Municipal Nº. 10.965/13 estabelece no Art. 5º: “O ensino fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende também a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de freqüentá-lo.” O Art.6º, cita: “ O ensino Fundamental será organizado em anos de escolaridade, do primeiro ao nono ano, considerando os ciclos de formação humana: I – Primeiro Ciclo: 1º ao 3º Ano; II – Segundo Ciclo: 4º ao 5º Ano; III – Terceiro Ciclo: 6º ao 9º ano.”

O Plano Curricular Escolar determinado pelo coletivo de funcionários estabelece para o Terceiro Ciclo 05 (cinco) aulas de Português e Matemática, 03 (três) aulas de Ciências, Geografia e História, 02 (duas) aulas de Educação Física e Inglês, 01 (uma) aula de Ensino Religioso e Arte, e para o Primeiro e Segundo Ciclo 01(uma) aula de Ensino Religioso, 02 (duas) aulas de Educação Física, 06 (seis) aulas Português e Matemática, 03 (três) de História, Geografia e Ciências.

A escola atende em turno de trabalho, sendo o primeiro de 07h00 às 11h30, com 05 (cinco) aulas de 50 (cinquenta) minutos, tendo 20 (vinte) minutos de recreio, atendendo alunos do 6º (sexto) ao 9º (nono) ano. O segundo turno de 12h25 às 16h55 atende do 1º (primeiro) ao 6º (sexto) ano, também com intervalo de 20 (vinte)

minutos de recreio. Com doze (doze) turmas em cada turno, o atendimento pedagógico é feito por supervisores pedagógicos sendo 01 para cada seis turmas, tendo suporte de um eventual escolar para cada turno.

Embora a escola reconhece a importância do planejamento coletivo de professores/turmas/anos escolares para uma avaliação e propostas de ações pedagógicas mais eficientes, o planejamento das atividades escolares é feito por grupos de professores das turmas dos mesmos anos iniciais, isto é, do 1º (primeiro) ao 5º (quinto) ano, quando os professores de Educação Física e Ensino Religioso ministram suas aulas e nos anos finais, do 6º (sexto) ao 9º (nono) ano, o planejamento acontece de acordo com o quadro de horários da semana, duas aulas semanais de 50 (cinquenta) minutos. A comporta de alunos por turma segue as determinações da Secretaria Municipal de Educação, sendo 25 (vinte e cinco) no Primeiro Ciclo e 30 (trinta) no Segundo Ciclo do Ensino Fundamental.

Quando se discute o tempo e os espaços escolares é urgente rever a estrutura física das escolas que não favorecem a inclusão dentro das necessidades dos alunos com deficiências múltiplas e ao mesmo tempo espaço para a socialização dos processos de ensino e aprendizagem, visto que a maioria das escolas são construídas para atender uma demanda de décadas atrás. É necessário avaliar a necessidade da ampliação do tempo escolar, isto é, de permanência do aluno na escola. Nesta visão Cavaliere (2007) cita:

A ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas:(a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição desses à práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições de vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação de tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos. (CAVALIERE, Ed.2007.p.1016).

Sendo assim é necessário repensar a função da escola, o seu papel na formação do cidadão pós-moderno que está inserido no mundo globalizado que exige habilidade e competências sociais diversas. Neste contexto “Cavaliere”, (2007) cita:

Segundo Bourdieu (1998b), a ampliação do tempo escolar, no sentido da escolarização de longa duração, criou um novo tipo de exclusão, por ele definido como a “exclusão pelo interior”. Para o autor, trata-se de uma exclusão branda e dissimulada, que se faz a despeito da permanência na escola e que mais uma vez culpabiliza os alunos por fracassarem, apesar das inúmeras chances dentro do sistema escolar. (CAVALIERE,Ed.2007.p.1021).

A organização do tempo escolar em ciclos de formação humana, respeitando as fases de desenvolvimento do aluno (fase da infância, pré-adolescência e adolescência), buscando a formação global do aluno ganhou espaço a partir da Escola Plural de Belo Horizonte, década de noventa, numa forma de avaliação continuada. De acordo com Freitas (2004) os ciclos

Diferentemente da progressão continuada, os ciclos propõem alterar os tempos e os espaços da escola de maneira mais global, procurando ter uma visão crítica das finalidades educacionais da escola. Está em jogo mais do que liberar fluxos, ou sair-se bem em avaliações de sistema ou, ainda, tirar a avaliação formal juntando séries em planejamentos plurianuais.(FREITAS,2004.p.1).

A noção de ciclo tem que ser construída simultaneamente na contramão destas duas funções escolares: exclusão e subordinação. Há uma dimensão de poder no interior da escola que precisa ser incluída nas preocupações formativas da escola como exercício de auto-organização crítico.

Nesse sentido, os ciclos devem:

. pautar a questão da “formação” e não só a instrução (português e matemática);

.introduzir o componente “desenvolvimento” (infância, pré-adolescência e adolescência) na organização da escola;

.remeter à relação educação e vida não só como vivência de experiências sociais, mas Uma noção mais completa de ciclo deve portanto, problematizar o poder na escola.

também como estudo crítico da atualidade;

.apostar no desenvolvimento da auto-organização do aluno, com sua participação em coletivos escolares como vivência real de poder e decisão nos assuntos da escola;

.incorporar a progressão continuada. (FREITAS,2004.p.24).

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Decorre por ser um tema, até então, desafiador dentro da perspectiva do processo de decisão. É romper com práticas de relações hierárquicas de poder autoritário e centralizador do professor, do diretor, do supervisor e dos agentes da secretaria de educação e outros órgãos. A gestão democrática é sempre processual e portanto, de permanente vivência e aprendizado. É um processo eminentemente pedagógico, que envolve entre outros, o conhecimento da legislação, a discussão e a participação nas modalidades de provimento ao cargo de dirigente escolar, a implantação e consolidação de mecanismos de participação.

Por esse motivo, a democracia na escola, precisa ser mantida como um produto inacabado, em permanente construção, como um desejo irrealizável em permanente estado de pulsão, instrumentalizado pelo seu conteúdo inconcluso, a possibilidade de manutenção do grupo, que sobrevive sustentado pela ilusão do ideal democrático (FORTUNA in: BASTOS, 2000 p. 121).

Há alguns anos o diretor centralizava em suas mãos a tomada de decisões e pouco partilhava com a comunidade escolar e local. A complexidade das tarefas de gestão e organização, o avanço teórico-prático da educação e sua gestão, a democratização das relações escolares e a rediscussão das formas de escolha dos diretores, começam a interferir nessa lógica tradicional de gestão, passando a ser assunto dos diferentes segmentos que compõem as comunidades. A administração escolar é tarefa diferente de qualquer outra administração, muito mais complexa, pois envolve não só crianças, pais mestres, funcionários, mas toda a coletividade, envolvendo também os próprios interesses nacionais.

Hoje, em algumas escolas ainda ocorre a administração autocrática, centralizada, na qual todas as decisões e todo o poder estão nas mãos do diretor. Com a LDB 9394/96, ficou estabelecida a democratização da gestão escolar. Esta busca a apropriação coletiva das salas de aula pelos pais, professores, funcionários e alunos, que possuem liberdade de tomada de decisão no processo educacional, para melhorar a qualidade do ensino.

É de fundamental importância que se articule no interior da escola o envolvimento de todos os sujeitos participantes da comunidade escolar na organização, na tomada de decisões, tanto nas esferas administrativas quanto nas pedagógicas, que devem entender e participar desse trabalho coletivo, buscando alternativas e soluções para melhorar todo o processo, pois este é dinâmico e exige ações concretas. Essa participação somente ocorre se houver uma integração escola/família/comunidade.

O Processo de Decisão Escolar eleva os padrões de eficiência e de autonomia financeira, objetivando promover a melhoria do ensino, através do incentivo à participação de toda comunidade escolar para “transformar a visão de escola em realidade”. Ele deve partir do âmbito individual para o coletivo. Se por decisão individual se entende que cada indivíduo “decide por si”, no qual o objetivo é a busca da felicidade, a decisão coletiva são decisões não individuais, cujo resultado decorre da agregação das preferências individuais de cada componente do grupo, em busca da sobrevivência do mesmo (BOBBIO, 1995, p. 309).

Segundo Bobbio (1995) para realizar o ensino de qualidade e cumprir com o seu objetivo, a escola deve buscar um novo olhar pedagógico integrando todos os participantes para que tornem a gestão verdadeiramente efetiva. A Escola Municipal João Severino de Azevedo, procura envolver a comunidade escolar na participação democrática e no processo decisório que é tomado de forma compartilhada com todos os envolvidos. Na organização da escola, o fluxo das tarefas das ações e principalmente das decisões é pautado em constante construção e exercício de uma gestão democrática e participativa.

Para Xavier (2000, p.15), “a liderança da escola deve estar fundamentada num processo democrático em que os líderes compartilham decisões com professores, pais, alunos e comunidade, visando atingir um nível superior de desempenho da escola”. O colegiado tem um forte poder de decisão em relação as questões cotidianas e também em relação a estrutura política e financeira. É composto pelo gestor, que é um cargo eleito por funcionários, alunos (maiores de 16 anos) e comunidade. São membros efetivos e suplentes (no caso de faltar algum membro). Ele tem como função avaliar, planejar, deliberar e fiscalizar as prestações de conta sobre assuntos relativos ao Caixa Escolar e ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

O Conselho de Classe é composto pelo diretor pedagógico, equipe pedagógica e educadores que atuam do sexto ao nono ano. Reúnem-se bimestralmente para estudar, avaliar e analisar a aprendizagem de cada aluno e os resultados para que possam intervir no processo de ensino aprendizagem, buscando possíveis soluções para sanar as dificuldades dos mesmos. Quanto aos alunos dos outros ciclos de alfabetização é utilizada a mesma metodologia, porém, mensalmente.

Ao final de cada projeto, eventos, é feita coletivamente, uma avaliação do desempenho da instituição escolar sobre aspectos administrativos e pedagógicos, apontando os aspectos positivos e negativos. A partir da avaliação traça as metas e ações para melhoria e redirecionamento. Em fim, nas tomadas de decisões da escola, é preciso a participação consciente com pleno exercício democrático, numa luta constante, em um processo de construção como um desejo a ser realizado.

6 – RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho na escola pública em relações de poder. Fazer essa afirmação coloca em questão à forma como se organiza o trabalho nesta instituição. Geralmente ainda predomina, em algumas escolas, um poder centralizador exercido pelo diretor. Deste emanam todas as decisões. Por outro lado, na escola democrática os membros de uma comunidade escolar não podem agir isoladamente como profissionais e mesmo socialmente, mas sim como parte de uma equipe que objetiva uma educação de qualidade, Exatamente a compreensão da natureza dessas relações humanas que permite evoluir consideravelmente nos resultados que a escola almeja alcançar.

A História do homem é uma história de lutas e desafios, diante de si e diante da adversidade. História se escreve com muitas mãos, muitas cabeças, muitos corações. O homem é social. É fruto do equilíbrio de suas relações. Educar é ajudar o homem a adaptar-se, diante do desconhecido que nos espera. (ABDALLA, 2000, p. 7).

É importante reinteirar que, quando se busca uma nova organização do trabalho pedagógico, está se considerando que as relações de trabalho no interior da escola deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de respeito, de reciprocidade. A participação de todos deve servir de base para as relações mais cordiais em contraposição à organização rígida dos princípios de divisão do trabalho, fragmentação e do controle hierárquico. Por isso todo o esforço de se gestar uma nova organização deve levar em conta a realidade em busca de uma gestão diferente, em que o trabalho seja de fato coletivo, significativo e de qualidade. O trabalho integrado implica mudanças radicais que transformem consideravelmente a rotina da escola. Segundo Xavier (2000), uma escola de qualidade:

[...] é aquela que desenvolve relações interpessoais, que conduz a atitudes e expectativas positivas em relação aos alunos, que dispõe de recursos humanos com formação adequada, que dispõe de material escolar e didático necessário, de instalações de qualidade e condições adequadas de funcionamento. De processos definidos e organizados em função dos objetivos da escola. (XAVIER, 2000, s.d.)

Essas novas perspectivas de gestão escolar possibilitam resistências e confrontos, o que às vezes deixa a comunidade escolar impotente. Há uma corelação de forças e é nesse embate que se originam os conflitos, as tensões, as rupturas, propiciando a construção de novas formas de relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva, que favoreçam o dialogo, a comunicação horizontal entre os diferentes segmentos envolvidos com o processo educativo a descentralização do poder. O diretor é um importante profissional nesse contexto, deve canalizar a fluência desse poder numa ação educativa. A esse respeito, Machado assume a seguinte posição: “O processo de luta é visto como uma forma de contrapor-se à dominação, o que pode contribuir para a articulação de praticas emancipatórias” (1989, p. 30). A partir disso, novas relações de poder poderão ser construídas, fazendo com que a instituição atinja seus objetivos com harmonia e de forma democrática e colegiada.

Sabe-se que a participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas publicas. É importante assinalar nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de

decisões e faz-se necessário rever esta ideia que durante algum tempo foi bastante distorcida.

Esta instituição realiza encontros com a comunidade escolar durante o ano, com palestras e mobilizações, cujos temas são direcionados as relações familiares (normas, deveres, direitos e limites), e relação escola X comunidade, consideradas básicas. Essas relações são definidas de forma democrática e coletiva. Vale ressaltar a participação da família em eventos tradicionais como festa junina, da família e outros. Tal contexto está em consonância com o que diz Vasconcelos, apud Freire (2005, p. 2), “a escola enquanto instituição educativa desempenha um papel fundamental, sendo palco das diversas situações que propiciam esta interação principalmente no que tange à sua dimensão socializante, a qual prepara o indivíduo para a convivência em grupo e em sociedade”.

Impossível almejar uma escola de qualidade sem falar da formação do professor, e neste sentido, a Escola Municipal João Severino de Azevedo dispõe de recursos humanos com formação adequada. Possuem em seu quadro 100% de seus professores com graduação e 70% com pós-graduação. No decorrer do ano, nos dias escolares, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, são promovidos cursos de formação continuada para os profissionais com temas pertinentes a prática pedagógica e relações de trabalho.

Sabe-se que a valorização do profissional, a elevação da autoestima, a motivação são também muito importantes na construção das relações. Para tal, a escola tem criado momentos de diálogo, de reflexão, de proximidade para efetivar o bem estar entre o grupo, o desejo de compartilhar e a melhoria da convivência. Para resolver os conflitos entre funcionários, o gestor reúne com sua equipe e funcionário em particular, inteirando-se da situação conflitante, para juntos buscar possíveis soluções e se necessário, aberto a uma segunda reunião, sempre registrado em ata.

Em caso de persistência da situação é feita uma advertência escrita que é encaminhada para a Secretaria Municipal da Educação para sua devida solução.

Quando os conflitos acontecem entre alunos ou professor e aluno, o gestor reúne com sua equipe e tenta solucionar. Se há reincidência do fato, os pais ou responsáveis são convocados a irem a escola para inteirar-se da situação e juntos tentarem solucionar o problema, sempre registrado em livro próprio. A escola procura várias alternativas e persistindo o problema é feito um relatório que é encaminhado ao Conselho Tutelar, Promotoria da Infância e Juventude e muitas vezes ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social da região.

É importante salientar que a escola como espaço educacional não representa um espaço isolado e enquanto instituição precisa buscar parcerias visando à integração da comunidade e da sociedade. As relações são imprescindíveis para o bom funcionamento de todo o processo educacional e construção coletiva, É preciso ética, respeito, comprometimento e solidariedade nessa construção.

7 – AVALIAÇÃO.

Se avaliar é determinar o grau de valor de alguma coisa ou ação proposta, a avaliação determina o valor de acordo com a visão de valor do avaliador. Portanto, a avaliação deve ser o instrumento de averiguação do resultados obtidos com determinada tarefa, se seus objetivos e metas propostos foram alcançados e quais ações devem ser elaboradas para sanar as dificuldades encontradas.

A avaliação do nível de ensino-aprendizagem dos alunos deve estar de acordo com a proposta do Projeto Político Pedagógico, com a organização de todo o funcionamento e visão de educação que se quer oferecer, que tipo de cidadão crítico social a escola quer formar. O processo de avaliação da escola é realizado de acordo com o Decreto Municipal Nº.10.965/2013, Art.16.

A avaliação do ensino-aprendizagem será integrada e processual, considerando os aspectos atitudinais, procedimentais e conceituais, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos educandos e a utilização de instrumentos diversificados que favoreçam a interpretação qualitativa do processo e evolução dos mesmos. (DIVINÓPOLIS. DECRETO nº 10.965, art. 16)

No Art. Nº. 13, da Orientação Nº.01/2013 da Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis/MG – sobre diretrizes operacionais pedagógicas das unidades escolares – em consonância com a Resolução Estadual (MG) nº. 7 de 14/12/2010, determina que,

A avaliação no ensino fundamental deverá utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, dentre outros, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando e, utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem do mesmo, como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias (...) devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

Os resultados das avaliações devem ser um parâmetro para que o planejamento seja ele individual ou coletivo favoreça acontecer a qualidade do ensino-aprendizagem através das intervenções pedagógicas necessárias. Para isso, é necessário investir na formação continuada e valorização da carreira dos profissionais, nos equipamentos e recursos necessários, no tempo de planejamento coletivo, nos Conselhos Escolares onde se discuta as políticas adotadas, nos espaços tornando-os adequados e mais humanizados favorecendo a inter-relação entre alunos e profissionais. Neste contexto vale ressaltar Souza,(2005),

Para que serve a avaliação? A avaliação objetiva identificar em que medida os resultados alcançados até então estão próximos ou distantes dos objetivos propostos e, se possível descobrir as razões desta proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão. (...) O objetivo de avaliar os alunos é conhecer o que eles sabem, quanto sabem e o quão distante ou perto estão dos objetivos educacionais que lhes foram propostos. (SOUZA, 2002, p.1)

Na concepção de gestão democrática, onde as decisões são coletivas, cabe ter a visão de que a responsabilidade do resultado do ensino-aprendizagem é dos gestores, professores, estudantes e dos pais que devem acompanhar e dar

assistência aos seus filhos, com direito de avaliar a escola. Navarro (2005) em seu texto “Avaliação: o processo e o produto” faz o seguinte questionamento,

O que cabe ser avaliado na prática educativa? Percebe-se que, na avaliação a ser compreendida pelo Conselho Escolar, há de se considerar, além do “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes, o “processo” pelo qual se deu essa aprendizagem, revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros.(NAVARRO.2010.p.1).

A escola é avaliada através do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB: PROALFA, 3º anos; PROEB, 5º e 9º anos; Provinha Brasil Língua Portuguesa e Matemática, 2º anos. Existe um equívoco, quando se cobra a qualidade do ensino-aprendizagem da escola baseado apenas nos resultados dessas avaliações, fornecendo o IDEB. Souza, (2010) ressalta a importância dos indicadores dessas avaliações para avaliar a escola e os seus profissionais,

A avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos, mesmo que ambas estejam bastante relacionadas e sejam, inclusive, interdependentes. A avaliação da aprendizagem (...) serve tanto para a análise do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, quanto como parâmetro para a avaliação do trabalho do professor. A análise das condições institucionais da escola pode ajudar, diversas vezes, inclusive a explicar a os resultados da avaliação da aprendizagem e a avaliação da aprendizagem, por seu turno, é um importante referencial para a avaliação institucional. (SOUSA.2010.p.1)

A avaliação de desempenho dos profissionais da educação na rede municipal de ensino se dá através de critérios elaborados pela Secretaria Municipal de Educação, no período de três em três anos para a progressão salarial. Nos planejamentos pedagógicos é tarefa da equipe de supervisão educacional avaliar as atividades, a metodologia e técnicas aplicadas pelos professores e as intervenções pedagógicas necessárias para solucionar a defasagem de aprendizagem dos alunos. Portanto, avaliar é ver, julgar e agir os resultados para agir adequadamente na proposta de ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola com sua função principal de propiciar o ensino-aprendizagem e as habilidades necessárias para que o educando insira-se num mundo cada vez mais exigente do conhecimento científico com senso crítico das questões sociais, políticas, econômicas, culturais, etc, torna-se necessário a educação/escola ser o espaço de direito de acesso e permanência para o desenvolvimento de suas competências para o mundo atual tecnológico e globalizado.

A escola precisa ter sua identidade, suas características de funcionamento, autonomia administrativa e pedagógica para desenvolver um projeto educacional que responda as exigências de sua clientela. A abertura para a gestão democrática e participativa de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, para tanto é necessário o planejamento que garanta as ações administrativas e pedagógicas que faça acontecer a qualidade de ensino público.

É entendido que a qualidade do ensino passa por um maior investimento da educação tanto na carreira dos profissionais, isto é, valorização dos professores, como nos equipamentos e materiais necessários. É preciso assegurar um projeto pedagógico que determine a curto e longo prazo as metas e objetivos que irão trilhar as ações da proposta pedagógica. Assim, o Projeto Político Pedagógico torna-se de acordo com Quaresma (2012),

O projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade . (QUARESMA, 2012, p. 14)

REFERÊNCIAS.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto Político Pedagógico no contexto da gestão escolar.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em: 10/08/2013.

BECHER, Fernando. **O que é Construtivismo?** Revista de Educação AEC, Brasília, v.21, n.83, p. 7-15, abr./jun.1992.

BECHER, Fernando. **O que é Construtivismo?** Revista de Educação AEC, Brasília, v.21, n.83, p. 7-15, abr./jun.1992.

BRASIL. **Lei Nº. 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Editora do Brasil S/A. 1996.

Brasil. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.** Editora do Brasil S/A – páginas: 3,4 - 1996.

BRASIL. **LEI.Nº.9.394/1996. – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Editora do Brasil S/A. Art.26. 1996.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação & Sociedade, vol. 28, Nº 100 – Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100_a1828100.pdf. cesso em: 10/07/2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola.** 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=12904>. Acesso em: 05/05/2013.

Decreto Municipal Nº. 10.965/2013 – Diretrizes Gerais da Organização e Funcionamento da Educação Básica Nas Unidades Escolares da Rede Municipal De Ensino De Divinópolis.

Decreto Municipal Nº.10.965/2013. – **Diretrizes Gerais da Organização e Funcionamento da Educação Básica nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Divinópolis.**

DECRETO MUNICIPAL. Nº: 10.965/2013, **Diretrizes Gerais da Organização e Funcionamento da Educação Básica nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Divinópolis, ORIENTAÇÃO Nº. 01/13. Diretrizes Operacionais Para a Organização Pedagógica das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Divinópolis/MG**

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 26/10/2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? GT 13 – 27ª Reunião Anual da ANPED, 2004. Disponível em: WWW.anped.org.br. Acesso em; 10/07/2013.

GADOTTI, Moacir. **Desafios para a era do conhecimento.** Texto da coleção Memória da Pedagogia, revista Viver Mente & Cérebro, publicado com exclusividade na internet pelo Portal Estadão.

GADOTTI, Moacir. **Desafios para a era do conhecimento.** Texto da coleção memória da Pedagogia, revista Viver Mente & Cérebro, publicado com exclusividade na internet pelo Portal Estadão.

Lei Nº. 9.394/1996 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Editora do Brasil S/A, pág. 7, 9, 10.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto -2010.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>, Acesso em:26/10/2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em: 10/08/2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAIS, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho Escolar e Autonomia: Participação e Democratização da Gestão Administrativa, Pedagógica e Financeira da Educação e da Escola.** Disponível em : <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=12904>. Acesso em: 05/05/2013.

QUARESMA, Adilene Gonçalves. Artigo: **Projeto Político Pedagógico.** Revista Presença Pedagógica, p.12/17. V.18. nº.104. março/abril. 2012.

SANTOS, Lucíola Licínio Paixão, PARAISA, Marlucy Alves. **O Currículo como instrumento de viabilização do direito.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em. 05/05/2013.

SILVA, Maria Carolina da. **Currículo: algumas organizações possíveis.** Revista. Presença Pedagógica. V.17.nº.98. mar/abr.2011

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Avaliação institucional: a avaliação da escola como instituição – 2010.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em:26/10/2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em: 10/08/2013.

VICHI, Ana Paula Cardoso. **O Behaviorismo, a educação e a desinformação.** Paula.vichi@gmail.com.

WITTMANN. Luis Carlos. **Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gestor.** Disponível em: WWW.scileo.br/pdf/cp/n114/a01n114.pdf. Acesso em 14/04/2013.

ANEXOS

Anexo I

PLANO CURRICULAR – 2013 - ENSINO FUNDAMENTAL																			
ESCOLA MUNICIPAL JOAO SEVERINO DE AZEVEDO ENDEREÇO: Rua Joaquim Manoel Pereira 920 Davanuzé MUNICÍPIO: Divinópolis/MG DIAS LETIVOS ANUAIS: 200 Semanas Letivas Anuais: 40 Recreio Diário: 20min Módulo Aula: 50 minutos Dias Semanais: 05 Duração do Turno: 4h 30								Carimbo da Escola											
Componentes Curriculares	ANOS INICIAIS										ANOS FINAIS								
	Ciclo da Alfabetização					Ciclo Complementar													
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		6º Ano		7º Ano		8º Ano		9º Ano		
	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	
Parte Base Nacional Comum	Língua Portuguesa	05	166h40	05	166h40	05	166h40m	05	166h40h	05	166:40	05	166h40	05	166h40	05	166h40	05	166h40
	Matemática	06	200h	06	200h	06	200h	06	200h	06	200h	05	166h40	05	166h40	05	166h40	05	166h40
	Geografia	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h
	História	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h
	Ciências	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h
	Educação Física	02	66h40	02	66h40	02	66h40	02	66h40	02	66h40	02	66h40	02	66h40	02	66h40	02	66h40
	Arte	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20
Ensino Religioso	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	
Parte Diversificada	L.E. M. Inglês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	66h40	02	66h40	02	66h40	02	66h40
	Literatura	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33h20	01	33h20	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	25	833h20	25	833h20	25	833h20	25	833h20	25	833h20	25	833h20	25	833h20	25	833h20	25	833h20	

Observações:

1- A História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena será integrada a História e Geografia - (Lei Federal nº 11645/2008).

2- Os Estudos sobre Direitos Humanos permeiam todos os conteúdos curriculares (Lei Estadual nº 12767/1998).

3- A Educação Ambiental permeará todos os conteúdos curriculares (Lei Federal nº 9795/1999).

4- A Educação Física permeará todos os conteúdos curriculares (Lei Municipal nº 6706/2007).

5- Lei 11.325/07 - Direito das Crianças e Adolescentes permeará todo Currículo.

Divinópolis, 28 de dezembro de 2012.

Diretor

Diretora Escolar - SEMED

Anexo II

CALENDARIO - 2013 - Ensino Fundamental -																											
Escola Municipal João Severino de Azevedo																											
JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO							ABRIL						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
							3						2	3						2	7						6
							10						9	10						9	14						13
							17						16	17						16	21						20
							24						23	24						23	28						27
Escolar: 00						Letivo: 00	Escolar: 01						Letivo: 18	Escolar: 01						Letivo: 18	Escolar: 01						Letivo: 21
MAIO							JUNHO							JULHO							AGOSTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
							2						1	7						6	6						5
							9						8	14						13	11						10
							16						15	21						20	18						17
							23						22	28						27	25						24
Escolar:						Letivo: 20	Escolar:						Letivo: 21	Escolar: 01						Letivo: 15	Escolar: 01						Letivo: 18
SETEMBRO							OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
							6						5	3						2	1						31
							13						12	10						9	8						7
							20						19	17						16	15						14
							27						26	24						23	22						21
Escolar: 01						Letivo: 20	Escolar: 01						Letivo: 18	Escolar:						Letivo: 20	Escolar: 02						Letivo: 13
LEGENDA																											
Início e término do ano escolar Início e término do ano letivo Recessos e feriados							Férias Dia Letivo Dia Escolar							Dia Letivo Integrador Dia Nacional da Consciência Negra - Lei 10.639/03 Eleição de Diretores													
< 1º SEMESTRE >														< 2º SEMESTRE >													
Dias Escolares							Dias Letivos							Dias Escolares							Dias Letivos						
04							111							05							89						
TOTAL GERAL																											
Dias Escolares							Dias Letivos							Dias Escolares							Dias Letivos						
09							200																				
_____ Assinatura/Carimbo Diretor(a)														_____ Assinatura Dinâmica Escolar													